

# **Empresa de Energia São Manoel S.A.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Empresa de Energia São Manoel S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

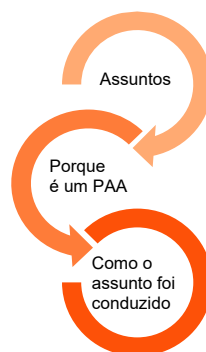
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



---

## Porque é um PAA

---

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

### Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (Notas 12 e 13)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras os montantes de R\$ 2.753.554 mil e R\$ 106.418 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

Anualmente a administração realiza avaliação de indicativos de redução ao valor recuperável dos referidos ativos e, quando aplicável, teste de impairment utilizando o método do valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto entre outras.

Consideramos o teste de impairment dos ativos imobilizados e intangíveis como um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, conseqüentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*), bem como a aprovação pelos Órgãos de Governança da Companhia.

Também efetuamos análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis, e revisamos a análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.

Discutimos com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados e analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de impairment, assim como as divulgações, são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.

---

### Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 7)

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 343.601 mil.

Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, o entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, bem como as aprovações pelos Órgãos de Governança da Companhia.

Também analisamos as principais premissas e testamos os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<p>A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, entre outras variáveis.</p> <p>Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação à posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como um Principal Assunto de Auditoria.</p>	<p>demonstrações financeiras, preparados pela administração.</p> <p>Discutimos com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados em notas explicativas e analisamos a adequação das divulgações apresentadas.</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas.</p>

### **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Empresa de Energia São Manoel S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Empresa de Energia São Manoel S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2026

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca  
Contadora CRC 1SP291166/O-4

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)



<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	94.689	186.173
Concessionárias	5	279.888	71.678
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	4.023	20.847
Outros tributos compensáveis	6	8.109	4.376
Estoques	10	4.370	4.113
Outros créditos	11	2.944	2.783
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>394.023</b>	<b>289.970</b>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	343.601	350.491
Cauções e depósitos vinculados	8	169.135	158.380
		<b>512.736</b>	<b>508.871</b>
Imobilizado	12	2.753.554	2.831.244
Intangível	13	106.418	117.397
		<b>2.859.972</b>	<b>2.948.641</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>3.372.708</b>	<b>3.457.512</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.766.731</b>	<b>3.747.482</b>
<b>PASSIVO</b>			
	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	78.355	29.862
Debêntures	15	37.421	27.782
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	31.173	67.593
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6		129
Outros tributos a recolher	6	4.718	4.377
Uso do bem público	17	5.090	5.042
Provisões	18	14.267	15.595
Outras contas a pagar	11	8.292	5.931
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>179.316</b>	<b>156.311</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	15	236.869	261.377
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.492.068	1.478.015
Outros Tributos diferidos	7	16	11
Uso do bem público	17	59.564	58.140
Provisões	18	41.792	48.382
Outras contas a pagar	11	6.554	4.642
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>1.836.863</b>	<b>1.850.567</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	19.1	2.409.974	2.409.974
Reservas de lucros		1.176	
Prejuízos acumulados		(660.598)	(669.370)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.750.552</b>	<b>1.740.604</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.766.731</b>	<b>3.747.482</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receitas</b>	20	<b>708.353</b>	<b>470.279</b>
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	21		
Custo do serviço de energia elétrica		(359.137)	(144.714)
Custo de operação		(160.006)	(156.041)
		<u>(519.143)</u>	<u>(300.755)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b>189.210</b>	<b>169.524</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	21		
Despesas gerais e administrativas		(3.778)	(2.426)
Outras despesas e receitas operacionais		1.537	980
		<u>(2.241)</u>	<u>(1.446)</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>186.969</b>	<b>168.078</b>
<b>Resultado financeiro</b>	22		
Receitas financeiras		46.156	32.746
Despesas financeiras		(220.283)	(199.389)
		<u>(174.127)</u>	<u>(166.643)</u>
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>12.842</b>	<b>1.435</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	23		
Imposto de renda e contribuição social correntes		3.996	(4.439)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(6.890)	5.067
		<u>(2.894)</u>	<u>628</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.948</b>	<b>2.063</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	24		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,00413	0,00086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	9.948	2.063
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>9.948</u></u>	<u><u>2.063</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>Capital social</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.409.974</b>	<b>-</b>	<b>(671.433)</b>	<b>1.738.541</b>
Lucro líquido do exercício			2.063	2.063
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.409.974</b>	<b>-</b>	<b>(669.370)</b>	<b>1.740.604</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.409.974</b>	<b>-</b>	<b>(669.370)</b>	<b>1.740.604</b>
Lucro líquido do exercício			9.948	9.948
Destinação do lucro				-
Reserva de incentivo fiscal (SUDAM)		1.176	(1.176)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.409.974</b>	<b>1.176</b>	<b>(660.598)</b>	<b>1.750.552</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		12.842	1.435
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Depreciações e amortizações		123.888	121.958
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		207.795	188.305
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		6.684	7.324
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		3.576	1.264
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		3.357	1.998
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		3.233	2.235
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(18.643)	(6.543)
Outros		(206)	(3.718)
		<u>342.526</u>	<u>314.258</u>
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Concessionárias		(208.210)	(9.300)
Outros tributos compensáveis		(48.856)	(24.856)
Estoques		(257)	(522)
Outros ativos operacionais		(2.652)	158
		<u>(259.975)</u>	<u>(34.520)</u>
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores		48.493	(7.871)
Outros tributos a recolher		69.117	50.889
Provisões		(13.744)	(15.737)
Uso do bem público		(5.212)	(4.969)
Outros passivos operacionais		(67)	972
		<u>98.587</u>	<u>23.284</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<u>181.138</u>	<u>303.022</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.077)	(1.494)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>180.061</u>	<u>301.528</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(35.222)	(30.021)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<u>(35.222)</u>	<u>(30.021)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Cauções		8.708	(56.130)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(95.083)	(78.962)
Pagamentos de encargos de dívidas		(149.948)	(156.327)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(14)	(14)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	26.1	<u>(236.323)</u>	<u>(291.433)</u>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>(91.484)</u>	<u>(19.926)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		94.689	186.173
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		186.173	206.099
		<u>(91.484)</u>	<u>(19.926)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Geração do valor adicionado</b>	852.566	574.599
Receita operacional	815.673	543.039
Receita relativa à construção de ativos próprios	35.222	30.018
Outras receitas	1.671	1.542
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<u>(462.025)</u>	<u>(215.901)</u>
Custos da energia comprada	(278.348)	(47.180)
Encargos de uso da rede elétrica	(117.353)	(112.241)
Materiais	(5.110)	(6.591)
Serviços de terceiros	(52.611)	(33.360)
Outros custos operacionais	(8.603)	(16.529)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>390.541</u>	<u>358.698</u>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(123.888)	(121.948)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>266.653</u>	<u>236.750</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	48.451	34.460
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u><b>315.104</b></u>	<u><b>271.210</b></u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	7.968	8.706
Benefícios	2.517	2.506
FGTS	336	498
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	73.844	57.908
Estaduais	163	64
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	220.282	199.389
Aluguéis	46	76
	<u>305.156</u>	<u>269.147</u>
Lucro do exercício	9.948	2.063
	<u><b>315.104</b></u>	<u><b>271.210</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará, e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

#### 1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
				(MWm)	(MWm)	Início	Término
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	735,8	430,4	10/04/2014	09/12/2049

Em 26 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho nº 2.674/2019, homologou os parâmetros da UHE São Manoel, com alteração da Potência Instalada total de 700,0MW para 735,8MW, de tal forma que a Potência Nominal Unitária de cada turbina, anteriormente fixada em 175,0MW, passa a ser de 184,0MW. A partir da decisão da ANEEL, foi iniciado o processo de Revisão Extraordinária da Garantia Física do empreendimento que, por meio da Portaria nº 352 emitida em 06 de dezembro de 2019 pelo MME, definiu a nova garantia física da UHE São Manoel em 430,4MW ante os 424,5MW anteriores.

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 430,4MWm, 289,5MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 140,9 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$83,70 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo em 31 de dezembro de 2025, atualizado para R\$155,77 por MWh. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, com extensão, por mais 8,1 meses, decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Em 28 de julho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.255 com a extensão de 243 dias no prazo da outorga de São Manoel. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

#### 1.1.1 Uso do bem público - UBP

Como pagamento pelo UBP, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$2.789, atualizado em 31 de dezembro de 2025 para R\$5.462, corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$64.654 (R\$63.182 em 31 de dezembro de 2024). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

#### 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000, nº 14.120/2021 e nº 15.103/2025, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE. A partir de 1º de janeiro de 2026, aplica-se a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025 (Nota 3.2).

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. A Administração entende que as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 23 de fevereiro de 2026.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 18.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2.1).

#### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

##### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

##### Ativo não financeiro

Os ativos não financeiros são revisados anualmente ou com maior periodicidade, se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

#### 2.6.1 Teste no valor recuperável dos ativos não financeiros

Mediante a substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido o ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas, que vão desde a base de determinação do valor recuperável até a taxa de desconto, a Companhia, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado do exercício de 2016.

Adicionalmente, a Companhia avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da Companhia, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A Companhia contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a Companhia possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade “Turn Key” pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à Companhia. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela Companhia em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à Companhia, em face desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como “possível” pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade e, desde o exercício de 2017 a Companhia procede com a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos.

Em 2019, a Administração da Companhia, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física, até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performado o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia procedeu com o registro da reversão em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$111.191, detalhados por classe de ativos na nota 12.1.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia efetuou a análise da situação patrimonial e financeira e concluiu que o valor registrado de ativos não financeiros no exercício, considerando o acima exposto, é recuperável, porém a Companhia não constituiu valor adicional ou reversão.

#### 2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 2.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (C BIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (C BIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

#### 2.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 22 - Informações por segmento	Em julho de 2024, o IASB aprovou decisão da agenda do IFRIC referente ao relatório de segmentos reportáveis. Essa decisão aborda a forma como as entidades devem aplicar os requisitos do IFRS 8 para divulgar, em cada segmento reportável, os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo. A Companhia acompanha o desenvolvimento e os desdobramentos dessa decisão.	IFRS 8	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 36 - Demonstrações consolidadas	Tem como foco a venda ou transferência de ativos entre investidores e suas coligadas ou joint ventures, visando principalmente a resolução de conflitos relacionados a lucros não realizados.	IFRS 10	Pronunciamento	Indeterminado
CPC 48 e CPC 40 - Divulgações de instrumentos financeiros	Adicionar requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras para compreender os efeitos dos instrumentos financeiros, sobre prazo e incerteza de fluxos de caixa futuro.	IFRS 9 e IFRS 7	Divulgação	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da IFRS 18 é aprimorar a forma como as informações são apresentadas nas demonstrações financeiras das entidades, em especial na demonstração do resultado e nas respectivas notas explicativas. A principal inovação trazida pela norma consiste na reestruturação da demonstração do resultado, com o intuito de aumentar a comparabilidade entre diferentes entidades. Nesse contexto, foram estabelecidos dois novos subtópicos obrigatórios: Lucro Operacional e Lucro antes do Resultado Financeiro, do Imposto de Renda e da Contribuição Social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	O propósito da IFRS 19 é possibilitar que as subsidiárias elegíveis apliquem os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos nas IFRS completas, porém com a elaboração de notas explicativas em formato simplificado.	Diversas IASs	Divulgação	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3 Eventos significativos no exercício

### 3.1 Reforma Tributária sobre o Consumo

A leis complementares nºs 214/2025 e 227/2026 regulamentaram a emenda constitucional que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

A Reforma Tributária sobre o Consumo extinguirá, de forma gradativa, a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com a substituição pela Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS e do Imposto Seletivo - IS, ambos de competência da União Federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, de competência compartilhada entre Estados e Municípios.

A implementação desse novo modelo ocorrerá de forma gradual, em etapas sucessivas no período de 2026 a 2033.

O início da transição ocorrerá em 2026 (período teste), com a aplicação das alíquotas de referência de 0,1% para o IBS e 0,9% para a CBS, conforme previsto na Lei Complementar nº 214/2025 e exigência de emissão da Nota Fiscal conforme o novo padrão de XML. Nessa primeira fase, haverá a dispensa do efetivo recolhimento, condicionada ao cumprimento de obrigações acessórias ainda a serem definidas. Caso recolhidos, os valores serão compensados com PIS/COFINS devidos no período ou outros tributos federais, ou serão ressarcidos caso não possam ser utilizados para compensação.

Em 2027, ocorrerá a extinção de PIS/COFINS, com substituição pela CBS, e o IPI terá suas alíquotas reduzidas a zero, exceto nos casos de produtos com similar produzido na Zona Franca de Manaus.

Entre 2029 e 2032, será iniciada uma fase de transição mais gradual no âmbito subnacional, com a redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISSQN e a majoração correspondente do IBS, em um sistema de convivência. A transferência será faseada, com a redução de 10%, 20%, 30% e 40% das alíquotas de ICMS e ISSQN, paralelamente a uma alíquota IBS estadual e outra municipal correspondente a essa redução (sendo certo que o IBS incidirá tanto sobre mercadorias quanto serviços, indiscriminadamente).

Por fim, em 2033, ocorrerá a consolidação definitiva do novo sistema tributário, com a extinção integral do ICMS e do ISSQN no modelo atual e a plena vigência do novo sistema de tributação do consumo.

A reforma tem como propósito simplificar o sistema tributário brasileiro, com fundamento na tributação no destino, na não cumulatividade plena, na unificação da legislação em âmbito nacional e na gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição ao atual mosaico de regras.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nesse contexto, com vistas a assegurar a conformidade com o novo regime tributário a partir de 01 de janeiro de 2026, a sociedade havia implementado: (i) Revisão dos cadastros de produtos e de serviços em conformidade com a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a Nomenclatura Brasileira de Serviços - NBS, o Código de Situação Tributária - CST e o Código de Classificação Tributária - cClassTrib, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025, do Informe Técnico 2025.002, das tabelas vigentes de NCM e NBS; (ii) Adequação dos ERPs e softwares fiscais às especificações da Nota Técnica 2025.001, da Nota Técnica 2025.002, da Nota Técnica SE/CGNFS-e nº 004 e demais normativos aplicáveis; e (iii) Validação de XMLs com o novo leiaute padrão da Nota Fiscal Eletrônica – NF-e e Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Durante 2026, o Grupo EDP concentrará esforços na identificação dos pontos focais das áreas envolvidas, implantação dos planos de ação prioritários, e na revisão de contratos e políticas fiscais, assegurando que toda a organização esteja pronta para operar com segurança e eficiência no novo ambiente tributário.

Ao longo da fase de transição, as entidades deverão avaliar os efeitos sobre a mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, incluindo a recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS à luz do novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades precisarão analisar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime anterior, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou, se for o caso, o reconhecimento de eventual perda de direito creditório.

O CFC e o CPC estão em processo de avaliação dos potenciais impactos contábeis decorrentes da reforma, sem que haja, até o momento, manifestação formal. Nesse interim, as entidades devem acompanhar os possíveis efeitos sobre suas demonstrações financeiras e divulgar, nas notas explicativas, as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

#### 3.2 REN nº 1.135 de 14 de outubro de 2025

Em 14 de outubro de 2025, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 1.135/2025, que alterou o Submódulo 5.6 do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), atualizando o percentual de aplicação e o prazo dos investimentos em P&D, conforme disposto na Lei nº 9.991/2000. Com essa atualização, encerra-se, em 31 de dezembro de 2025, a vigência do recolhimento à CDE de parte do recurso destinado ao Programa de P&D regulado pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2026, o percentual da ROL aplicado em P&D passa a ser padronizado e fixo, substituindo a faixa variável anteriormente vigente. Para a Companhia, o P&D passa de 0,28% para 0,40%.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

		31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		8.739	6.318
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	4,1	85.950	179.855
<b>Total</b>		<b>94.689</b>	<b>186.173</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 25.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

#### 4.1 Certificados de Depósitos Bancários - CDB

As aplicações financeiras em CDB estão remuneradas a taxas que variam entre 94,00% e 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 5 Concessionárias

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	5,1	279.888	59.423
Energia de curto prazo	5,2		12.255
		<b>279.888</b>	<b>71.678</b>

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 25.2.5.

#### 5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício decorre do maior volume de energia comercializado em 2025, com aproximadamente 200MWh adicionais, com um preço médio de R\$70/MWh superior em comparação com dezembro de 2024. Esse aumento no volume está relacionado ao perfil de sazonalização dos contratos e à celebração de novos contratos no mercado livre de energia ao longo do ano.

#### 5.2 Energia de curto prazo

A variação é decorrente de valores a receber da liquidação da CCEE. Em 2024, houve maior volume de sobras de energia, em comparação a 2025, liquidadas no mercado de curto prazo.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
<b>Ativos compensáveis</b>								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.1	20.847		1.942	949	(29.845)	10.130	4.023
Total Circulante		20.847	-	1.942	949	(29.845)	10.130	4.023
<b>Outros tributos compensáveis</b>								
PIS e COFINS		-	28.305				(28.305)	-
IRRF sobre aplicações financeiras		4.368	20.515				(16.818)	8.065
Outros		8	20		16			44
Total Circulante		4.376	48.840	-	16	-	(45.123)	8.109
<b>Passivos a recolher</b>								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		129	(3.996)		(128)		3.995	-
Total Circulante		129	(3.996)	-	(128)	-	3.995	-
<b>Outros tributos a recolher</b>								
ICMS		243	3.656		(3.850)			49
PIS e COFINS		2.876	76.032	19	(5.964)	(29.845)	(39.020)	4.098
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		714	2.300	35	(2.792)			257
Encargos com pessoal		542	3.842	3	(4.107)		32	312
Outros		2						2
Total Circulante		4.377	85.830	57	(16.713)	(29.845)	(38.988)	4.718

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

#### 6.1 Imposto de renda e contribuição social

O montante de R\$4.023 em 31 de dezembro de 2025 (R\$20.847 em 31 de dezembro de 2024) refere-se, substancialmente, aos créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores que, por conta das vedações da Lei 13.670/2018, estão sendo utilizados para compensação dos débitos PIS/COFINS.

### 7 Imposto de renda e Contribuição social diferidos

	Nota	Ativo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros Tributos diferidos	7.1			16	11
Imposto de renda e contribuição social	7.2	343.601	350.491		
Total		343.601	350.491	16	11

#### 7.1 Outros tributos diferidos

Em decorrência das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e na Lei Complementar nº 214/2025 que determinam a extinção do PIS e da COFINS e sua substituição pela CBS a partir de 1º de janeiro de 2027 (Nota 3.1), a Companhia manteve o saldo diferido de longo prazo classificado como outros tributos diferidos, preservando o tratamento contábil atualmente adotado até que a legislação defina o seu enquadramento e destinação.

#### 7.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

##### 7.2.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	
<b>Lucros/ Prejuízos Fiscais</b>		184.326	120.279			64.047	(1.517)	
<b>Base Negativa da Contribuição Social</b>		66.357	43.300			23.057	(547)	
		250.683	163.579	-	-	87.104	(2.064)	
<b>Diferenças Temporárias</b>								
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas		2.490	741			1.749	324	
Uso do bem público - CPC 25	1.1.1	21.982	11.668	12.017	2.679	976	1.310	
Direito de concessão - GSF				4.602	4.786	184	192	
Redução no valor recuperável dos ativos		90.276	93.606			(3.330)	(3.331)	
Licenças ambientais	18.2	16.225	88.006	21.701		(93.482)	8.505	
Arrendamentos - CPC 06 (R2)							(2)	
Outras		351	411	86	55	(91)	133	
<b>Total diferenças temporárias</b>		131.324	194.432	38.406	7.520	(93.994)	7.131	
<b>Total</b>		382.007	358.011	38.406	7.520	(6.890)	5.067	
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(38.406)	(7.520)	(38.406)	(7.520)			
<b>Total</b>		343.601	350.491	-	-			

##### 7.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	A partir de 2034	Total Não circulante
12.443	15.851	18.836	21.892	24.492	45.036	243.457	382.007

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2025
Depósitos judiciais	18	301	833	92	(13)	1.213
Cauções	8.1	158.079	68.548	18.551	(77.256)	167.922
Total Não circulante		158.380	69.381	18.643	(77.269)	169.135

#### 8.1 Cauções

Referem-se, substancialmente, às aplicações em fundo de investimentos, junto ao Banco Citibank, em cumprimento ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES e à 4ª emissão de debêntures (Nota 15), constituídas como parte das garantias dos contratos. O montante caucionado é baseado na expectativa das parcelas futuras de ambas as dívidas, para os próximos seis meses, sendo R\$99.207 relacionado ao BNDES, R\$44.926 às debêntures e R\$23.789 compartilhado entre ambos.

As movimentações de adição e resgate no exercício referem-se, substancialmente, à reposição dos saldos das contas vinculadas de BNDES com pagamentos mensais e as contas vinculadas das debêntures com pagamentos semestrais nos meses de junho e dezembro.

### 9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Relacionamento		Ativo		Passivo				Receitas (Despesas)	
		Circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024
<b>Concessionárias (Nota 5)</b>									
<b>Suprimento de energia elétrica</b>									
EDP Trading	Controle Comum		4.642	6.073				61.537	50.993
CTG Brasil Comercializadora	Controle Comum		4.642	4.399				46.820	44.708
EDP Espírito Santo	Controle Comum		207	193				1.971	1.885
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)	Controladora em conjunto		4.613	4.039				46.839	44.665
			14.104	14.704				157.167	142.251
<b>Fornecedores (Nota 14)</b>									
<b>Suprimento de energia elétrica</b>									
EDP Trading	Controle Comum				1.389			(15.552)	(7.954)
<b>Encargos de uso da rede básica</b>									
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)	Controladora em conjunto			1.072	1.045			(2.870)	(7.303)
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (**)								(12)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum (***)				84			(696)	(706)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum			8	8			(96)	(91)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)								(204)
EDP Goiás	Controle Comum			40	44			(513)	(504)
EDP Transmissão Norte	Controle Comum			8	8			(95)	(43)
EDP Transmissão Norte 2	Controle Comum							(70)	
<b>Contrato de prestação de serviços (a)</b>									
EDP Goiás	Controle Comum			55	104			(591)	(620)
				1.183	2.682			(20.483)	(17.437)
<b>Outros créditos e Outras contas a pagar</b>									
<b>(Nota 11)</b>									
<b>Contrato de compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto					1.313	120	(1.313)	(1.436)
						1.313	120	(1.313)	(1.436)
			14.104	14.704	1.183	2.682	1.313	120	135.371
									123.378

(\*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(\*\*) Em 07 de junho de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(\*\*\*) Em 30 de abril de 2025, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão Aliança e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

As operações com partes relacionadas foram realizadas conforme os termos acordados entre as partes.

As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 15.1, 16.1 e 27.2.

**(a) Contrato de prestação de serviços:** O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato com vigência até junho de 2026. O valor total dos serviços contratado é de R\$2.565, a ser pago em parcelas mensais de R\$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

#### 9.1 Controle conjunto

A Companhia possui controle compartilhado entre: (i) EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.; (ii) China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation; e (iii) Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Axia Energia (Nota 19.1).

#### 9.2 Remuneração dos administradores

	2025			2024		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	100	89	189	138	89	227
Total	100	89	189	138	89	227

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**10 Estoques**

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2025 de R\$4.370 (R\$4.113 em 31 de dezembro de 2024) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 12) pelo montante, em 31 de dezembro de 2025, de R\$3.510 (R\$3.511 em 31 de dezembro de 2024).

**11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros créditos - Ativo					
Despesas pagas antecipadamente		2.652	2.542		
Outros		292	241		
<b>Total</b>		<b>2.944</b>	<b>2.783</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			1.313	120
Folha de pagamento		231	180		
Obrigações sociais e trabalhistas		2.380	2.162		
Encargos Setoriais	11.1	5.671	3.589	5.241	4.522
Outros		10			
<b>Total</b>		<b>8.292</b>	<b>5.931</b>	<b>6.554</b>	<b>4.642</b>

**11.1 Encargos Setoriais**

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	11.1.1	4.883	6.456	651	(4.389)	7.601
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	11.1.2	2.987	24.515		(24.443)	3.059
Outros encargos		241	3.018		(3.007)	252
<b>Total</b>		<b>8.111</b>	<b>33.989</b>	<b>651</b>	<b>(31.839)</b>	<b>10.912</b>
Circulante		3.589				5.671
Não circulante		4.522				5.241

**11.1.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D**

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

**11.1.2 Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)**

O montante de R\$3.059 (R\$2.987 em 31 de dezembro de 2024) é referente ao saldo a pagar, conforme a resolução normativa nº 1.027/2022 da ANEEL, onde estabelece o pagamento mensal do citado encargo pelos concessionários e autorizados para a produção de energia hidrelétrica. A variação do saldo no exercício ocorreu devido ao aumento de geração hídrica entre os exercícios, de 432.247MWh, e o aumento da TAR (Tarifa Atualizada de Referência), que em 2024 era R\$94,45 e em 2025 é R\$110,54.

**12 Imobilizado**

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, conforme MCPSE entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**12.1 Composição do imobilizado**

	31/12/2025					31/12/2024				
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Impairment	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço										
Geração										
Terrenos	3,22	40.652		(10.486)	30.166	3,19	40.652		(9.209)	31.443
Reservatórios, barragens e adutoras	3,12	1.181.583	(92.753)	(274.296)	814.534	3,18	1.181.583	(92.753)	(240.715)	848.115
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,12	1.337.190	(109.736)	(310.215)	917.239	3,19	1.335.923	(109.736)	(274.855)	951.332
Máquinas e equipamentos	3,32	1.326.202	(145.285)	(309.956)	870.961	3,32	1.324.429	(145.285)	(270.790)	908.354
Veículos	14,29	1.014		(837)	177	14,29	1.014		(693)	321
Móveis e utensílios	6,25	1.346		(527)	819	6,25	1.346		(444)	902
		<u>3.887.987</u>	<u>(347.774)</u>	<u>(906.317)</u>	<u>2.633.896</u>		<u>3.884.947</u>	<u>(347.774)</u>	<u>(796.706)</u>	<u>2.740.467</u>
Sistema de Transmissão e Conexão										
Máquinas e equipamentos	3,13	19.693	(1.271)	(4.615)	13.807	3,18	19.693	(1.271)	(4.009)	14.413
		<u>19.693</u>	<u>(1.271)</u>	<u>(4.615)</u>	<u>13.807</u>		<u>19.693</u>	<u>(1.271)</u>	<u>(4.009)</u>	<u>14.413</u>
Administração										
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,05	1.790		(202)	1.588	3,33	109		(12)	97
Máquinas e equipamentos	9,72	2.101		(1.210)	891	10,13	1.981		(1.040)	941
Veículos	14,29	1.812		(1.529)	283	14,29	1.904		(1.479)	425
Móveis e utensílios	6,25	2.782		(966)	1.816	6,25	2.384		(785)	1.599
		<u>8.485</u>	<u>-</u>	<u>(3.907)</u>	<u>4.578</u>		<u>6.378</u>	<u>-</u>	<u>(3.316)</u>	<u>3.062</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>3.916.165</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(914.839)</u>	<u>2.652.281</u>		<u>3.911.018</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(804.031)</u>	<u>2.757.942</u>
Ativos de direito de uso										
Edificações, obras civis e benfeitorias					-	24,90	139		(139)	-
Total Ativos de direito de uso					-		139		(139)	-
Imobilizado em curso										
Geração		101.267			101.267		73.120			73.120
Administração		6			6		182			182
Total do imobilizado em curso		<u>101.273</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.273</u>		<u>73.302</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.302</u>
Total imobilizado		<u>4.017.438</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(914.839)</u>	<u>2.753.554</u>		<u>3.984.459</u>	<u>(349.045)</u>	<u>(804.170)</u>	<u>2.831.244</u>

**12.2 Movimentação do imobilizado**

	Valor líquido em 31/12/2024		Ingressos (Nota 12.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2025	
Imobilizado em serviço									
Terrenos		31.443			(1.277)				30.166
Reservatórios, barragens e adutoras		848.115			(33.581)				814.534
Edificações, obras civis e benfeitorias		951.429		2.948	(35.550)				918.827
Máquinas e equipamentos		923.708		1.894	(39.943)				885.659
Veículos		746			(286)				460
Móveis e utensílios		2.501		399	(265)				2.635
Total do imobilizado em serviço		<u>2.757.942</u>	<u>-</u>	<u>5.241</u>	<u>(110.902)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>2.652.281</u>
Imobilizado em curso									
Edificações, obras civis e benfeitorias		-		(2.948)			2.948		-
Máquinas e equipamentos		63.851	34.147	(1.894)		(3)	(792)		95.309
Outros		9.451	918	(399)			(4.006)		5.964
Total do imobilizado em curso		<u>73.302</u>	<u>35.065</u>	<u>(5.241)</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.850)</u>		<u>101.273</u>
Total do imobilizado		<u>2.831.244</u>	<u>35.065</u>	<u>-</u>	<u>(110.902)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.850)</u>		<u>2.753.554</u>

**12.2.1 Ingressos**

Os ingressos referem-se a: (i) Reforma das comportas de emergência das usinas geradoras; (ii) Revitalização da bacia de dissipação; e (iii) Aquisição de materiais para manutenção da usina hidrelétrica.

**13 Intangível**

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**13.1 Composição do intangível**

	31/12/2025				31/12/2024			
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	19,57	1.617	(839)	778	20,00	530	(342)	188
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	143.667	(88.239)	55.428	25,00	143.667	(78.155)	65.512
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,10	47.220	(11.875)	35.345	3,18	47.220	(10.595)	36.625
Direito de concessão - GSF	3,43	16.220	(2.685)	13.535	3,19	16.220	(2.144)	14.076
		<u>208.724</u>	<u>(103.639)</u>	<u>105.086</u>		<u>207.637</u>	<u>(91.236)</u>	<u>116.401</u>
Administração								
Software	20,00	2.304	(1.286)	1.018	20,06	1.534	(702)	832
		<u>2.304</u>	<u>(1.286)</u>	<u>1.018</u>		<u>1.534</u>	<u>(702)</u>	<u>832</u>
Total do intangível em serviço		<u>211.028</u>	<u>(104.924)</u>	<u>106.104</u>		<u>209.171</u>	<u>(91.938)</u>	<u>117.233</u>
Intangível em curso								
Administração		314		314		164		164
Total do intangível em curso		<u>314</u>	<u>-</u>	<u>314</u>		<u>164</u>	<u>-</u>	<u>164</u>
Total do Intangível		<u>211.342</u>	<u>(104.924)</u>	<u>106.418</u>		<u>209.335</u>	<u>(91.938)</u>	<u>117.397</u>

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**13.2 Movimentação do intangível**

	Nota	Valor líquido em		Transf. para intangível em serviço		Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2025
		31/12/2024	Ingressos	Amortização			
Intangível em serviço							
<i>Software</i>		1.020		1.857	(1.081)		1.796
Direito de concessão - Licenças ambientais		65.512			(10.084)		55.428
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	13.2.1	36.625			(1.280)		35.345
Direito de concessão - GSF	13.2.2	14.076			(541)		13.535
Total do intangível em serviço		117.233		1.857	(12.986)		106.104
Intangível em curso							
Outros intangíveis em curso		164	157	(1.857)		1.850	314
Total do Intangível em curso		164	157	(1.857)	-	1.850	314
Total do intangível		117.397	157		(12.986)	1.850	106.418

**13.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP**

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE São Manoel. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização será pelo prazo remanescente do contrato de concessão a partir da data de entrada em operação.

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão.

**13.2.2 Direito de concessão - GSF**

A Administração da Companhia efetuou o registro contábil conforme cálculos divulgados pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR, totalizando um incremento de 8,1 meses na concessão da Companhia, referente ao ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor – GSF, conforme Resolução Autorizativa nº 12.255/2022.

**14 Fornecedores**

	Nota	Circulante	
		31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica	21.1.1	47.800	5.369
Encargos de uso da rede elétrica		11.613	10.988
Operações CCEE	5	8.585	
Materiais e serviços	14.1	10.357	13.505
Total		78.355	29.862

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

**14.1 Materiais e serviços**

A redução no exercício deve-se, principalmente, ao pagamento de despesas relacionadas à revitalização da bacia de dissipação, à comporta do vágão de emergência e às manutenções programadas.

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**15 Debêntures**  
**15.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2025				31/12/2024			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
											Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 160/22	340.000	1	340.000	4ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/06/2033	Investimento / Gastos na UHE São Manoel	IPCA + 7,3129%	Principal e juros semestrais	a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil, CTG Brasil e Furnas, referentes às suas participações; b. Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Projeto.	942	38.038	241.919	280.899	796	28.871	267.840	297.507
(-) Custos de emissão				(23.191)		15/08/2018 a 15/06/2033			Amortização mensal			(1.559)	(5.050)	(6.609)		(1.885)	(6.463)	(8.348)
<b>Total</b>											<b>942</b>	<b>36.479</b>	<b>236.869</b>	<b>274.290</b>	<b>796</b>	<b>26.986</b>	<b>261.377</b>	<b>289.159</b>

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$280.899 (R\$297.507 em 31 de dezembro de 2024).

**Notas explicativas**
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**
**15.2 Movimentação das debêntures**

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Circulante</b>							
Principal	28.871	(29.399)		43.415		(4.849)	38.038
Juros	796	(21.125)	21.271				942
Custo de transação	(1.885)			(1.413)	1.739		(1.559)
	<u>27.782</u>	<u>(50.524)</u>	<u>21.271</u>	<u>42.002</u>	<u>1.739</u>	<u>(4.849)</u>	<u>37.421</u>
<b>Não circulante</b>							
Principal	267.840			(43.415)		17.494	241.919
Custo de transação	(6.463)			1.413			(5.050)
	<u>261.377</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.002)</u>	<u>-</u>	<u>17.494</u>	<u>236.869</u>

**15.3 Vencimento das parcelas**

Vencimento	
<b>Circulante</b>	
2026	37.421
	<u>37.421</u>
<b>Não circulante</b>	
2027	41.917
2028	40.730
2029	28.638
2030	23.647
2031	23.371
2032 até 2044	78.566
	<u>236.869</u>
Total	<u>274.290</u>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) Dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou de cada uma das Fiadoras;
- (ii) Pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado de boa fé no prazo legal, decretação de falência ou, ainda, o requerimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) Inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura, de quaisquer obrigações pecuniárias em quaisquer contratos financeiros ou instrumentos representativos de dívida celebrados no mercado financeiro ou de capitais pela Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000, ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (iv) Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique a alteração do seu controle acionário atual, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de mudança do controle direto da Emissora quando: (a) tal mudança ocorrer entre sociedades igualmente controladas, direta ou indiretamente, pelas respectivas Fiadoras; e (b) como resultado de tal mudança, as Fiadoras permaneçam com o percentual de participação, direta ou indireta, no capital social da Emissora em valor idêntico às suas respectivas participações direta ou indireta das Fiadoras na Data de Emissão;
- (v) Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária: (a) da EDP - Energias do Brasil que implique a alteração do seu atual controle acionário direto; e/ou (b) da CTG Brasil e/ou Axia Energia que implique a alteração do seu atual controle acionário, direto ou indireto, exceto quando a operação for objeto de aprovação prévia dos Debenturistas;
- (vi) Assunção de novas dívidas pela Emissora por meio da contratação de empréstimos, financiamentos ou adiantamentos junto às Acionistas ou a quaisquer terceiros, incluindo a emissão de títulos e valores mobiliários, exceto: (a) mediante prévia aprovação dos Debenturistas; ou (b) por dívidas destinadas a contratação de capital de giro para suprir necessidades pontuais e extraordinárias da Emissora, limitado ao valor máximo individual ou agregado de R\$75.000;
- (vii) Resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, pagamento de juros sobre capital próprio, distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas diretos ou indiretos, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes desta Escritura e dos Contratos de Garantia Real e tenha comprovado as exigências conforme a Escritura;
- (viii) Protestos de títulos em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000, contra a Emissora, salvo se, no prazo de 30 dias contados da data de recebimento de notificação pela Emissora, e a mesma comprovar que: (a) o protesto foi cancelado ou sustado; (b) realizado por erro ou má-fé de terceiro; ou (c) ilegítimo; e/ou (d) foram apresentadas garantias em juízo; e
- (ix) Caso o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, apurado anualmente a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, seja inferior a 1,20 por três anos consecutivos ou por 4 anos intercalados.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de debêntures.

**Notas explicativas**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**  
**16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2025				31/12/2024			
										Encargos		Principal		Encargos		Principal	
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
BNDES FINEM	1.314.000	11/08/2016	1.319.951	SUB A e B 11/08/2016 a 15/12/2038 e SUB C 11/08/2016 até 15/12/2025	Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.	SUB A e B - TJLP + 2,88% e SUB C - TJLP	Principal e Juros mensais a partir de SUB A - 15/01/2019 e SUB C - 15/01/2020	a. Penhor de Ações; b. Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios; c. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; e d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e da Axia Energia (solidária à participação de Furnas) e Fiança Bancária da CTG Brasil, proporcionais às suas participações.	8.548	24.115	1.500.716	1.533.379	5.503	63.697	1.488.153	1.557.353
(-) BNDES FINEM - Custos de Transação			(28.136)	11/08/2016 a 15/12/2038				Amortização mensal			(1.490)	(8.648)	(10.138)		(1.607)	(10.138)	(11.745)
<b>Total</b>										<b>8.548</b>	<b>22.625</b>	<b>1.492.068</b>	<b>1.523.241</b>	<b>5.503</b>	<b>62.090</b>	<b>1.478.015</b>	<b>1.545.608</b>

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício, findo em 31 de dezembro de 2025, encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa. O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$1.533.379 (R\$1.557.353 em 31 de dezembro de 2024).

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2024	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Circulante</b>							
Principal	63.697	(65.684)		28.962		(2.860)	24.115
Juros	5.503	(128.823)	131.868				8.548
Custo de transação	(1.607)			(1.490)	1.607		(1.490)
	<u>67.593</u>	<u>(194.507)</u>	<u>131.868</u>	<u>27.472</u>	<u>1.607</u>	<u>(2.860)</u>	<u>31.173</u>
<b>Não circulante</b>							
Principal	1.488.153			(28.962)		41.525	1.500.716
Custo de transação	(10.138)			1.490			(8.648)
	<u>1.478.015</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.472)</u>	<u>-</u>	<u>41.525</u>	<u>1.492.068</u>

### 16.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
<b>Circulante</b>	
2026	<u>31.173</u>
	<u>31.173</u>
<b>Não circulante</b>	
2027	31.768
2028	42.066
2029	54.023
2030	67.470
2031 até 2035	611.062
2036 até 2039	685.679
	<u>1.492.068</u>
Total	<u>1.523.241</u>

### 17 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Saldo em 31/12/2025
<b>Circulante</b>						
Uso do bem público	5.042	(185)	(208)	(5.212)	5.653	5.090
	<u>5.042</u>	<u>(185)</u>	<u>(208)</u>	<u>(5.212)</u>	<u>5.653</u>	<u>5.090</u>
<b>Não circulante</b>						
Uso do bem público	58.140	1.556	5.521		(5.653)	59.564
	<u>58.140</u>	<u>1.556</u>	<u>5.521</u>	<u>-</u>	<u>(5.653)</u>	<u>59.564</u>

### 18 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1			8.337	6.088
Licenças ambientais	18.2	14.267	15.595	33.455	42.294
Total		<u>14.267</u>	<u>15.595</u>	<u>41.792</u>	<u>48.382</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas.

#### 18.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

##### 18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo						
		Saldo em 31/12/2024	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Reclassificação	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	18.1.1.1	4.883	133			(137)	(1.107)	3.772
Cíveis	18.1.1.2	11	3.298			(723)	967	3.553
Outros		1.194		(220)		38		1.012
Total Não circulante		<u>6.088</u>	<u>3.431</u>	<u>(220)</u>	<u>(723)</u>	<u>868</u>	<u>(1.107)</u>	<u>8.337</u>

##### 18.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação salarial e indenização por danos morais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho de responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços de construção da usina.

##### 18.1.1.2 Cíveis

Referem-se à atualização de risco de diversas ações correspondente a 22 processos de desapropriação. Essa alteração decorreu de uma decisão fundamentada em nova interpretação jurisprudencial, bem como na consolidação de elementos probatórios mais robustos identificados durante a análise processual.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Ativo			
		Depósito judicial			
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	18.1.2.1	6.977	6.998	43	14
Cíveis	18.1.2.2	10.578	10.048	340	199
Fiscais	18.1.2.3	18.766	13.366	830	88
<b>Total</b>		<b>36.321</b>	<b>30.412</b>	<b>1.213</b>	<b>301</b>

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$13.460 em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.347 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente aos processos mencionados acima, a Companhia é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação, o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela Companhia para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

#### 18.1.2.1 Trabalhistas

Das ações mencionados na nota 18.1.1.1, parte refere-se a ações cuja probabilidade de perda é possível.

#### 18.1.2.2 Cível

Em 2022 foram ajuizados dois processos em face da Companhia, os quais questionam indenizações pleiteadas sob a alegação de não recebimento de saldo residual de desapropriação. Em 31 de dezembro de 2025 o valor estimado desses processos totalizam R\$6.441 (R\$5.445 em 31 de dezembro de 2024).

Processo judicial de desapropriação movida pela Companhia sob o nº de processo 0000325-69.2017.4.01.3603, de uma área de terras com 198 hectares, denominada Fazenda Nossa Senhora da Conceição em face de João Nascimento, a fim de concretizar a implantação da Usina Hidrelétrica São Manoel, com base na DUP (resolução autorizava nº 5.681 de 01/03/2016). Atualmente o processo está em fase pericial. Em dezembro de 2025 o valor estimado é de R\$742.

#### 18.1.2.3 Fiscais

• Ação judicial movida pela Companhia em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$10.110 em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.347 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia aguarda o julgamento.

• Ações judiciais movidas pela Companhia em face dos municípios de Paranaíta e Jacareacanga, para discutir a legalidade das cobranças de taxa de alvará e funcionamento, bem como alterações nos códigos municipais e exação das cobranças, o valor atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$7.354 A Companhia aguarda o julgamento das ações.

#### 18.2 Licenças ambientais

O montante Circulante e Não circulante de R\$47.722 (R\$57.889 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévia, de instalação e de operação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Em 9 de setembro de 2017 foi emitida, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Licença de Operação – LO nº 1.404/2017, que autoriza a Companhia a operar a UHE São Manoel. A LO foi renovada pelo período de 10 anos, a contar da data de 14 de junho de 2022, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Saldo em 31/12/2025
<b>Licenças ambientais</b>					
Circulante	15.595	(13.524)	11.995	201	14.267
Não circulante	42.294		(11.995)	3.156	33.455
<b>Total</b>	<b>57.889</b>	<b>(13.524)</b>	<b>-</b>	<b>3.357</b>	<b>47.722</b>

## 19 Patrimônio líquido

### 19.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$2.409.974 e está representado por 2.409.975.002 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é de R\$2.409.975, sendo o valor a integralizar, em ambos os exercícios, de R\$1.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Acionista	Percentual de participação	Ações ordinárias
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,334%	803.341.068
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	803.316.967
Eletrobrás (Denominada Axia Energia)	33,333%	803.316.967
<b>Total</b>	<b>100,000%</b>	<b>2.409.975.002</b>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

### 19.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro a ser destinado</b>			
Prejuízos acumulados		(669.370)	(671.433)
Lucro líquido apurado no exercício		9.948	2.063
Prejuízo ajustado		(659.422)	(669.370)
<b>Destinação do lucro</b>			
Reserva de incentivo fiscal - SUDAM	23.1	1.176	-
		1.176	-

## 20

### Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, elas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia elétrica	5.1	4.145.821	3.403.369	779.243	524.501
Energia de curto prazo	20.1	159.290	262.140	36.430	18.538
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>4.305.111</b>	<b>3.665.509</b>	<b>815.673</b>	<b>543.039</b>
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita				(73.735)	(48.377)
PIS/COFINS				(73.735)	(48.377)
Encargos do consumidor					
P&D				(6.456)	(4.625)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	11.1.2			(24.111)	(16.871)
Taxa de fiscalização				(3.018)	(2.887)
		-	-	(33.585)	(24.383)
		-	-	(107.320)	(72.760)
<b>Receitas</b>		<b>4.305.111</b>	<b>3.665.509</b>	<b>708.353</b>	<b>470.279</b>

## 20.1

### Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, à valoração das sobras de energia comercializadas junto à CCEE a um PLD maior em 2025 de SE/CO R\$ 224/MWh, quando comparado ao exercício anterior que foi de SE/CO R\$128/MWh.

## 21

### Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.

**Notas explicativas**
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2025				2024					
		Custo do serviço		Despesas operacionais		Custo do serviço		Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	252.227				252.227	42.433				42.433
Encargos de uso da rede elétrica		106.498				106.498	101.859				101.859
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	21.2		10.976	1.348		12.324		11.346	1.324		12.670
Material			1.947			1.947		1.730			1.730
Serviços de terceiros	21.3		19.338	1.400		20.738		16.282	905		17.187
Depreciação - Imobilizado em serviço			110.795	107		110.902		115.540	7		115.547
Depreciação - Ativos de direito de uso						-		10			10
Amortização			12.063	923		12.986		6.360	31		6.391
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					134	134				562	562
Arrendamentos e aluguéis			46			46		75	1		76
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(1.671)	(1.671)				(1.542)	(1.542)
Outras		412	4.841			5.253	422	4.698	158		5.278
<b>Total</b>		<b>359.137</b>	<b>160.006</b>	<b>3.778</b>	<b>(1.537)</b>	<b>521.384</b>	<b>144.714</b>	<b>156.041</b>	<b>2.426</b>	<b>(980)</b>	<b>302.201</b>

**21.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	Nota	2025	2024
Contratos de compra de energia por quantidade	21.1.1	245.593	47.740
Energia de curto prazo	21.1.2	100.165	30.513
Outros		16.364	14.706
(-) Ressarcimentos CCEE	21.1.3	(84.186)	(46.201)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(25.709)	(4.325)
<b>Total</b>		<b>252.227</b>	<b>42.433</b>

**21.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade**

A variação no exercício de 2025 refere-se ao maior volume de energia comprada, com aproximadamente 70MWm adicionais, gerando um aumento no preço médio de R\$130/MWh quando comparado ao ano de 2024. Esse aumento no volume está relacionado a estratégia de proteção da Companhia devido as volatilidades de GSF (cerca de 4% mais agravado em 2025).

**21.1.2 Energia de curto prazo**

A variação no exercício decorre da maior exposição energética no mercado de curto prazo em 2025, quando comparado a 2024, devido a sazonalização dos contratos e da sazonalização do MRE aplicada à garantia física dos respectivos anos. Além de uma valorização a um PLD médio mais elevado em 2025 (cerca de SE/CO R\$224/MWh), em comparação com observado em 2024 (cerca de SE/CO R\$128/MWh).

**21.1.3 Ressarcimentos CCEE**

A variação no exercício refere-se, substancialmente, aos níveis mais reduzidos do GSF em 2025, quando comparado ao exercício de 2024, associados a um PLD mais elevado em 2025, de R\$ 224/MWh, frente ao valor de R\$ 128/MWh registrado em 2024.

**21.2 Pessoal e Administradores**

	2025	2024
<b>Pessoal</b>		
Remuneração	6.191	6.341
Encargos	2.021	2.119
Despesas rescisórias	439	304
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.064	1.115
Outros benefícios - Corrente	2.332	2.550
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	2	2
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(148)	(120)
Outros	165	97
	<u>12.066</u>	<u>12.408</u>
<b>Administradores</b>		
Honorários e encargos	240	291
Benefícios dos administradores	18	(29)
	<u>258</u>	<u>262</u>
	<u>12.324</u>	<u>12.670</u>

**21.3 Serviços de terceiros**

Nota	2025	2024
Serviços de consultoria	2.097	1.311
Serviços comerciais	8	
Serviços de manutenção	9.357	6.042
Serviços de limpeza e vigilância	4.453	4.158
Serviços ambientais	9	68
Serviços de informática	1.470	1.212
Serviços de publicação e publicidade	220	218
Serviços de telecomunicações	359	403
Serviços de transporte	243	518
(-) Crédito de PIS/COFINS	(1.332)	(945)
Outros	3.854	4.202
	<u>20.738</u>	<u>17.187</u>

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 22 Resultado financeiro

	Nota	2025	2024
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	45.984	31.366
Energia vendida		418	646
Juros e multa sobre tributos	6	1.942	2.382
Outros juros e variações monetárias		92	14
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(2.295)	(1.714)
Outras receitas financeiras		15	52
		<u>46.156</u>	<u>32.746</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2	(172.140)	(149.947)
Debêntures	15.2	(35.655)	(38.358)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	6	(57)	(8)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1.1	(868)	(702)
Uso do bem público	17	(6.684)	(7.324)
Outros juros e variações monetárias		(3.632)	(1.998)
Outras despesas financeiras		(1.247)	(1.052)
		<u>(220.283)</u>	<u>(199.389)</u>
		<u>(174.127)</u>	<u>(166.643)</u>

### 23 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		
	12.842	1.435
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(4.366)	(488)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(37)	(69)
Outros		
Efeito tributário de créditos extemporâneos	(382)	
Incentivos fiscais		
SUDAM	23.1	1.176
Outros		715
Resultado de IRPJ e CSLL	<u>(2.894)</u>	<u>628</u>
Alíquota efetiva	23%	-44%

### 23.1 SUDAM

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 175/2024, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2024.

### 24 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	9.948	2.063
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	<u>2.409.975</u>	<u>2.409.975</u>
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,00413</u>	<u>0,00086</u>

### 25 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 25.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 25.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	85.950	179.855	85.950	179.855
			<u>85.950</u>	<u>179.855</u>	<u>85.950</u>	<u>179.855</u>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	8.739	6.318	8.739	6.318
Concessionárias	5	Nível 2	279.888	71.678	279.888	71.678
Cauções	8	Nível 2	167.922	158.079	167.922	158.079
			<u>456.549</u>	<u>236.075</u>	<u>456.549</u>	<u>236.075</u>
			<u>542.499</u>	<u>415.930</u>	<u>542.499</u>	<u>415.930</u>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	14	Nível 2	78.355	29.862	78.355	29.862
Debêntures	15	Nível 2	274.943	278.655	274.290	289.159
Uso do bem público	17	Nível 2	50.816	62.425	64.654	63.182
Empréstimos e financiamentos	16					
Moeda nacional		Nível 2	1.513.103	1.533.863	1.523.241	1.545.608
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	1.313	120	1.313	120
Licenças ambientais	18.2	Nível 2	44.199	56.463	47.722	57.889
			<u>1.962.729</u>	<u>1.961.388</u>	<u>1.989.575</u>	<u>1.985.820</u>

#### 25.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

#### 25.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia deseja eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

#### 25.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 16), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, uso do bem público, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) descontado a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito;

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iv) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

### 25.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

### 25.2 Gestão de riscos

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

#### 22.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 15 e 16, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados a TJLP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

#### 22.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	85.950	2.659			2.659	623	1.231	(639)	(1.294)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	167.922	3.744			3.744	877	1.734	(899)	(1.822)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>253.872</b>	<b>6.403</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.403</b>	<b>1.500</b>	<b>2.965</b>	<b>(1.538)</b>	<b>(3.116)</b>
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(1.533.379)	(240.970)	(974.528)	(486.938)	(1.702.436)	(237.205)	(470.291)	240.805	485.329
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(1.533.379)</b>	<b>(240.970)</b>	<b>(974.528)</b>	<b>(486.938)</b>	<b>(1.702.436)</b>	<b>(237.205)</b>	<b>(470.291)</b>	<b>240.805</b>	<b>485.329</b>
Debêntures	IPCA	(280.899)	(33.291)	(132.736)	(90.000)	(256.027)	(30.845)	(63.636)	29.016	56.314
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>IPCA</b>	<b>(280.899)</b>	<b>(33.291)</b>	<b>(132.736)</b>	<b>(90.000)</b>	<b>(256.027)</b>	<b>(30.845)</b>	<b>(63.636)</b>	<b>29.016</b>	<b>56.314</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 22,35% e 4,17%, TJLP entre 3,11% e 13,50% a.a.; e IPCA entre 1,72% e 9,92% a.a.

#### 25.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 15 e 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 27.1.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2025					AVP	Total	31/12/2024
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos			
<b>Passivos financeiros</b>								
Fornecedores	22.360	446	55.549				78.355	29.862
Debêntures			37.421	236.869			274.290	289.159
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	7.439	3.106	20.628	203.652	1.288.416		1.523.241	1.545.608
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures			1.193.488	3.853.888	1.288.416		6.335.792	1.387.794
Uso do bem público	455	1.365	3.642	27.443	98.338	(66.589)	64.654	63.182
Licenças Ambientais	2.016	3.511	9.178	32.699	10.587	(10.269)	47.722	57.889
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				1.313			1.313	120
	<b>32.270</b>	<b>8.428</b>	<b>1.319.906</b>	<b>4.355.864</b>	<b>2.685.757</b>	<b>(76.858)</b>	<b>8.325.367</b>	<b>3.373.614</b>

#### 25.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 15 e 16. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Em 31 de dezembro de 2025, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 16, foi atendido, considerando a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2025, conforme contratos de financiamento. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 27.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

#### 25.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$1.426.

#### 25.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

Para garantir a efetividade dessa abordagem, a Companhia adota práticas estruturadas de gestão de riscos ambientais, incluindo:

(i) Conformidade Legal e Licenciamento: Cumprimento rigoroso da legislação ambiental vigente, assegurando que atividades potencialmente poluidoras sejam previamente licenciadas e autorizadas pelos órgãos competentes, com implementação das medidas mitigatórias exigidas; (ii) Identificação e Monitoramento de Riscos: Mapeamento e monitoramento contínuo dos aspectos e impactos ambientais em todas as operações, utilizando indicadores e ferramentas de gestão para antecipar riscos e definir planos de ação preventivos; (iii) Gestão Proativa e Mitigação: Atuação voltada à eliminação, redução e controle antecipado de riscos ambientais, prevenindo incidentes, acidentes e passivos, além de garantir comunicação transparente sobre medidas adotadas; (iv) Planos de Contingência e Melhoria Contínua: Desenvolvimento e implementação de planos de contingência e ações corretivas, assegurando a melhoria contínua da qualidade ambiental nos locais onde o Grupo EDP - Energias do Brasil opera; (v) Governança e Especialização Técnica: Equipes especializadas em temas socioambientais, que reportam à liderança e asseguram que os tópicos mais relevantes sejam tratados pela alta direção local, regional ou do Grupo, conforme a criticidade; e (vi) Certificações e Sistemas de Gestão: Implantação de sistemas de gestão ambiental certificados pela norma ISO 14.001 nas unidades em operação de geração centralizada, transmissão e distribuição de energia, garantindo conformidade com requisitos legais e padrões internacionais.

#### 25.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

##### • Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

##### • Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

#### 25.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados - AGER-MT.) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

#### 25.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2025	31/12/2024
Total dos empréstimos e debêntures	1.797.531	1.834.767
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(94.689)	(186.173)
(-) Cauções	(167.922)	(158.079)
Dívida líquida	1.534.920	1.490.515
Total do Patrimônio Líquido	1.750.552	1.740.604
Total do capital	3.285.472	3.231.119
Índice de alavancagem financeira - %	46,72%	46,13%

## 26 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 26.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

Nota	Saldo em 31/12/2024	Efeito caixa	2025		Saldo em 31/12/2025
			Efeito não caixa		
			Variação monetária e cambial	Adições/Baixas	
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>					
Cauções e depósitos vinculados	8	158.079	(8.708)	18.551	167.922
		158.079	(8.708)	18.551	167.922
<b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>					
Debêntures	15	289.159	(50.524)	12.645	274.290
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.545.608	(194.507)	38.665	1.523.241
		1.834.767	(245.031)	51.310	1.797.531
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>					
		1.676.688	(236.323)	32.759	1.629.609
Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	2024		Saldo em 31/12/2024
			Efeito não caixa		
			Variação monetária e cambial	Adições	
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>					
Cauções e depósitos vinculados		95.420	56.130	6.529	158.079
		95.420	56.130	6.529	158.079
<b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>					
Debêntures		295.078	(44.277)	17.538	289.159
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		1.586.673	(191.012)	16.268	1.545.608
Arrendamentos e aluguéis		14	(14)	-	-
		1.881.765	(235.303)	33.806	1.834.767
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>					
		1.786.345	(291.433)	27.277	1.676.688

### 26.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Reversão da capitalização no Imobilizado relativo à contingências	(1.467)	
Provisão para custos com licença ambiental no intangível		63.036
Total	(1.467)	63.036

## 27 Compromissos contratuais e Garantias

### 27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, dispostos por maturidade de vencimento, não reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2025				31/12/2024	
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	17	14			31	
Obrigações de compra						
Compra de Energia	1				1	15.275
Encargos de conexão e Transporte de Energia	36				36	
Materiais e serviços	41.700	18.265	581	294	60.840	91.332
	41.754	18.279	581	294	60.908	106.607

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2025, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2025				31/12/2024	
	2026	2027 e 2028	2029 e 2030	A partir de 2031	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	17	17			34	
Obrigações de compra						
Compra de Energia	1				1	15.022
Encargos de conexão e Transporte de Energia	35				35	
Materiais e serviços	39.901	21.775	856	566	63.098	96.539
	<u>39.954</u>	<u>21.792</u>	<u>856</u>	<u>566</u>	<u>63.168</u>	<u>111.561</u>

#### 27.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta a garantia do tipo Compra de energia na modalidade Seguro Garantia, no montante de R\$823.

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 15), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 16) e Provisões (Nota 18.1.2), estão demonstrados em suas respectivas notas.

#### 28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	14.461		36.516	
Usinas	1.627.221	1.000.000	3.215.121	1.000.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	555.021		1.200	
Linhas de Transmissão	57.244		67.091	
Responsabilidade civil	55.000			55.000
Transportes (veículos)		360		360
Seguro de vida	7.313	(*)	7.439	(*)

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, cujo os limites são apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$15.000; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$20.000.

Adicionalmente, a Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil com riscos cibernéticos, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cuja cobertura é de até R\$5.567.

\* \* \*

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Maria Marta de Figueiredo Geraldes</b> Presidente	<b>Paula Prado Rodrigues Couto</b> Conselheira	<b>Luis Fernando Mendonça de Barros Filho</b> Conselheiro
<b>Evandro Leite Vasconcelos</b> Conselheiro	<b>Silvio Alexandre Scucuglia da Silva</b> Conselheiro	<b>Ícaro Igor Castro de Martins Barros</b> Conselheiro
<b>Rodrigo Junqueira Calixto</b> Conselheiro	<b>Márcio José Peres</b> Conselheiro	<b>Ilton Barboza Telles</b> Conselheiro

#### CONSELHO FISCAL

<b>Felipe Ha Jong Kim</b> Conselheiro	<b>Antonio dos Santos Entraut Júnior</b> Conselheiro	<b>Ana Paula Braga Saunders</b> Conselheira
--	---	--

#### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

<b>Luis Fernando Mendonça de Barros Filho</b> Diretor-Presidente	<b>Ícaro Igor Castro de Martins Barros</b> Diretor	<b>Rodrigo Teixeira Egreja</b> Diretor
---	---	---

#### CONTABILIDADE

<b>Leandro Carron Rigamonte</b> Diretor - Accounting SA	<b>Alfredo Antonio Tessari Neto</b> Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" RJ
--	--